





**Obra publicada pela  
Universidade Federal  
de Pelotas**

*Reitora*

Isabela Fernandes Andrade

*Vice-Reitora*

Ursula Rosa da Silva

*Chefe do Gabinete da Reitoria*

Aline Ribeiro Paliga

*Pró-Reitora de Ensino*

Maria de Fátima Cossio

*Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação*

Flávio Fernando Demarco

*Pró-Reitora de Extensão e Cultura*

Eraldo dos Santos Pinheiro

*Pró-Reitor de Assuntos Estudantis*

Rosane Maria dos Santos Brandão

*Pró-Reitor Administrativo*

Ricardo Hartlebem Peter

*Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento*

Paulo Roberto Ferreira Júnior

*Pró-Reitor de Gestão de Pessoas*

Taís Ulrich Fonseca

*Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial*

*Presidente do Conselho Editorial:* Ana da Rosa Bandeira

*Representantes das Ciências Agrárias:* Victor Fernando Büttow Roll (TITULAR) e Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner

*Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra:* Eder João Lenardão (TITULAR)

*Representantes da Área das Ciências Biológicas:* Rosangela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Francieli Moro Stefanello

*Representantes da Área das Engenharias:* Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

*Representantes da Área das Ciências da Saúde:* Fernanda Capella Rugno (TITULAR) e Anelise Levay Murari

*Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas:* Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Eduardo Grala da Cunha e Maria da Graças Pinto de Britto

*Representante da Área das Ciências Humanas:* Charles Pereira Pennaforte (TITULAR), Lucia Maria Vaz Peres e Pedro Gilberto da Silva Leite Junior

*Representantes da Área das Linguagens e Artes:* Lúcia Bergamaschi Costa Weymar (TITULAR), Chris de Azevedo Ramil e João Fernando Igansi Nunes

*Instituto de Ciências Humanas*

*Diretor:* Prof. Dr. Sebastião Peres

*Vice-Diretora:* Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini

*Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner*

*Coordenadora:*

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

*Membros do NDH:*

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

*Técnico Administrativo:*

Paulo Luiz Crizel Koschier

*História em Revista* – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica – Prof<sup>a</sup>. Beatriz Loner

*Comissão Editorial:*

Prof<sup>a</sup> Dra. Lorena Almeida Gill  
Paulo Luiz Crizel Koschier

*Conselho Editorial:*

Prof<sup>a</sup> Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Prof<sup>a</sup>. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFMS)

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Prof<sup>a</sup>. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

*Editora:* Lorena Almeida Gill

*Editores do Volume:* Lorena Almeida Gill, Tamires Xavier Soares, Micaele Irene Scheer

*Editoração e Capa:* Paulo Luiz Crizel Koschier

*Imagem da capa:* Sapateiro Volcei da Rosa.  
Autor: Vinícius Kusma.

*Pareceristas ad hoc:*

Alisson Droppa (UNICAMP) | Ana Sosa González (UFPe) | Ariel Salvador Roja Fagundez (IFSul) | Caiuá Al-Alam (UNIPAMPA) | Carlos Eduardo Piassini (Colégio Riachuelo – Santa Maria/RS) | Clarice Speranza (UFRGS) | Charles Pennaforte (UFPe) | Eduardo Palermo

(Centro Universitário Rivera) | Éverton Quevedo (CESUCA) | Frederico Duarte Bartz (UFRGS) | Jonas Vargas (UFPe) | Lisiane Manke (UFPe) | Márcia Espig (UFPe) | Marilis Almeida (UFPe) | Melina Perusatto (UFRGS) | Olíveia Nery (UFPe) | Rodrigo Weimer (UFRGS – FEE) | Tatiane Bartmann (UFRGS) | Wanderlene de Freitas Souza Barros (UFAM)

*Editora e Gráfica Universitária*

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 | Fone/fax: (53)3227 8411  
e-mail: [editora@ufpel.edu.br](mailto:editora@ufpel.edu.br)

*Edição:* 2022/1

ISSN – 2596-2876

*Indexada pelas bases de dados:* Worldcat Online  
Computer Library Center | Latindex | Livre:  
Revistas de Livre Acesso | International  
Standard Serial Number | Worldcat |  
Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

**UFPe/NDH/Instituto de Ciências Humanas**

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS -  
CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208 -

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

*e-mail:* [ndh.ufpel@gmail.com](mailto:ndh.ufpel@gmail.com)

\* obra publicada em julho de 2022.



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional  
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733  
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê: Trabalhadores e Trabalhadoras no passado e no presente) / Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v. 27, n. 2, jul. 2022. - Pelotas: UFPel/NDH, 2022 – 193 p. ; 1,9 MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Trabalhadores 3. História do Trabalho

CDD: 907

---

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)s autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b> INTRODUCTION <i>Lorena Almeida Gill   Tamires Xavier Soares   Micaele Irene Scheer</i>	<b>7</b>
<b>DOSSIÊ: TRABALHADORES E TRABALHADORAS NO PASSADO E NO PRESENTE</b>		
	<b>COMBATE À CARESTIA NAS PÁGINAS DA IMPRENSA NEGRA: JORNAL <i>O EXEMPLO</i> (PORTO ALEGRE, 1917-1919)</b> FIGHTING FAMINE IN THE PAGES OF THE BLACK PRESS: NEWSPAPER <i>O EXEMPLO</i> (PORTO ALEGRE, 1917-1919) <i>Liana Severo Ribeiro</i>	<b>9</b>
	<b>TRABALHADORES E REPRESSÃO NO PÓS-ABOLIÇÃO EM ALEGRETE/RS</b> WORKERS AND REPRESSION IN THE POST-ABOLITION IN ALEGRETE/RS <i>Guilherme Vargas Pedroso</i>	<b>24</b>
	<b>TRABALHADORES NEGROS CRIAM UNIÃO FAMILIAR: REVIVENDO O MAIS ANTIGO CLUBE SOCIAL NEGRO DE SANTA MARIA/RS</b> BLACK WORKERS CREATE <i>UNIÃO</i> FAMILIAR: RELIVING ON THE OLDEST BLACK SOCIAL CLUB IN SANTA MARIA/RS <i>Franciele Rocha de Oliveira</i>	<b>42</b>
	<b>“MAÇAROCA” DESIGUAL: A LUTA DAS TECELÃS DA COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE PELA REMUNERAÇÃO ESTABELECIDADA POR LEI NA DÉCADA DE 1940</b> UNEQUAL “MAÇAROCA”: THE STRUGGLE OF THE WEAVERS OF COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE FOR THE REMUNERATION ESTABLISHED BY LAW IN THE 1940S <i>Taiane Mendes Taborda</i>	<b>69</b>
	<b>TRABALHO NAS FAZENDAS DE CACAU: NA COSTA DO OURO (GANA) E NO SUL DA BAHIA (1920-1945)</b> WORK ON COCOA FARMS: IN THE GOLD COAST (GHANA) AND IN THE SOUTH OF BAHIA (1920-1945) <i>Luciane Aparecida Goulart</i> <i>Flávio Gonçalves dos Santos</i>	<b>86</b>

- "MINHA GENTE, VAMOS TODOS RECLAMAR": AS DEMANDAS DA CLASSE  
TRABALHADORA DE FLORIANÓPOLIS EM *A VERDADE* (1952-1960)**  
"MY PEOPLE, LET'S ALL COMPLAIN": THE DEMANDS OF THE WORKING CLASS OF  
FLORIANÓPOLIS IN *A VERDADE* (1952-1960)  
*Jéssica Duarte de Souza* **110**

**ARTIGOS LIVRES**

- AS MEMÓRIAS E SOCIABILIDADES DOS IMIGRANTES BRASILEIROS EM SUAS  
CHEGADAS E PRIMEIROS TEMPOS EM TERRAS PARAGUAIAS**  
THE MEMORIES AND SOCIABILITIES OF BRAZILIAN IMMIGRANTS IN THEIR  
ARRIVALS AND EARLY DAYS IN PARAGUAYAN LANDS  
*Vanucia Gnoatto* **136**

- SAÚDE E GÊNERO: O ENFRENTAMENTO CIDADINO EM PORTUGAL ÀS  
EPIDEMIAS NA ERA MODERNA LUSITANA E A REPRESENTAÇÃO DO CORPO DA  
MULHER**  
HEALTH AND GENDER: THE CITIZEN ADDRESS IN PORTUGAL TO EPIDEMICS IN  
THE MODERN LUSITANIAN ERA AND THE REPRESENTATION OF THE WOMAN'S  
BODY  
*Audrei Rodrigo da Conceição Pizolati* **155**

- O SISTEMA DO PADROADO NA COMARCA DO SERRO DO FRIO: A ATUAÇÃO DO  
PADRE SIMÃO PACHECO NA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO  
DA VILA DO PRÍNCIPE, MINAS GERAIS, 1723-1776**  
THE PATRONAGE SYSTEM IN THE SERRO DO FRIO COUNTY: THE PERFORMANCE  
OF FATHER SIMÃO PACHECO IN THE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO OF THE  
VILA DO PRÍNCIPE, MINAS GERAIS, 1723-1776  
*Danilo Arnaldo Briskievicz* **171**

# TRABALHO NAS FAZENDAS DE CACAU: NA COSTA DO OURO (GANA) E NO SUL DA BAHIA<sup>1</sup> (1920-1945)

WORK ON COCOA FARMS: IN THE GOLD COAST (GHANA) AND IN THE SOUTH OF BAHIA (1920-1945)

*Luciane Aparecida Goulart<sup>2</sup>  
Flávio Gonçalves dos Santos<sup>3</sup>*

---

**Resumo:** A monocultura cacaeira impactou em muitos aspectos regiões como o sul da Bahia e países africanos como a Costa do Ouro (Gana). Trabalhadores e trabalhadoras deslocaram-se em busca de terras, melhores salários e condições de vida. Apesar de remodelarem essas regiões, esses trabalhadores não tiveram seus esforços valorizados. Preconceitos, crises e políticas institucionais minaram seu desenvolvimento, principalmente no período da entressafra. Utilizando a metodologia da história comparada, esse artigo busca apresentar alguns dados dos trabalhadores das fazendas de cacau nas duas costas atlânticas, no período entre 1920 e 1945.

**Palavras-chave:** Cacau. Mobilidade geográfica. Trabalho.

**Abstract:** Cocoa monoculture has impacted regions such as southern Bahia and African countries such as the Gold Coast (Ghana) in many aspects. Workers moved and migrated in search of land, better wages and living conditions. Despite remodeling these regions, these workers did not have their efforts valued. Prejudices, crises and institutional policies undermined the socioeconomic development of this social segment, considered lazy in the cocoa fields and vagabonds during the off-season. Using the methodology of comparative history, this article seeks to present some data from workers on cocoa farms on the two Atlantic coasts, in the period between 1920 and 1945.

**Keywords:** Cocoa. Geography mobility. Work.

---

## Introdução

A criação de um mercado mundial com a expansão colonial europeia a partir do século XVI esteve pautada, entre outros pontos, na imposição da monocultura que impactou economicamente as sociedades coloniais em múltiplos aspectos: nos usos das terras e modos de trabalho (livre, forçado); nas migrações; na dependência das metrópoles para venda das produções agrotropicais; no controle dos preços finais dessas safras, etc. (CANÊDO, 1986; M'BOKOLO, 2011).

---

<sup>1</sup> Esse artigo é um aprofundamento de um dos capítulos da dissertação de Mestrado Da Costa do Ouro (Gana) ao sul da Bahia (Brasil): a produção do cacau (1925-1925), de Luciane A. Goulart, sob orientação do Prof. Dr. Flávio Gonçalves dos Santos apresentada em 2021 ao Programa de Pós-Graduação em História do Atlântico e da Diáspora Africana da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus (Bahia).

<sup>2</sup> Mestra em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC- Ilhéus- Bahia). Email: lugo1206@gmail.com ou lagoulart.his@uesc.br

<sup>3</sup> Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC – Ilhéu- Bahia). Especialista em História portuária e História do Atlântico. Email: fgsantos@uesc.br

De acordo com Linhares (2011), a terra, os homens e as técnicas são parte do processo produtivo quando se trata da agricultura. Tendo em vista esses três aspectos, salienta-se que o objetivo desse artigo é estudar o trabalho agrícola, os trabalhadores que estavam nas fazendas de cacau na Costa do Ouro (atual Gana) e no sul da Bahia. Especificamente, comparar algumas das variadas relações de trabalho dentro do sistema capitalista que se encontravam em diferentes estágios e processos de organização nas lavouras de cacau, na Costa do Ouro e no sul da Bahia, na primeira metade do século XX.

A Costa do Ouro, localizada na África Ocidental, nesse período era uma colônia inglesa<sup>4</sup> e, dessa forma, teve sua economia e sociedade fortemente transformadas/pressionadas pelas noções e padrões europeus de exploração da terra – agricultura comercial de exportação e do trabalho (assalariado), entre outros aspectos.

Quanto ao sul da Bahia, estado da região nordeste do Brasil, sua economia esteve vinculada à agricultura de exportação desde o período em que foi colônia portuguesa, processo que continuou durante a Primeira República e no período de Vargas.

A produção do cacau nessas duas margens do Atlântico, no período proposto, constitui-se como agricultura de exportação tropical, que se caracterizou, entre outros aspectos, pela monocultura, que geralmente envolveu o uso intensivo da terra e da mão de obra.

A despeito de outras monoculturas, como a cana-de-açúcar e o café, que provocaram deslocamentos (forçados e espontâneos) de milhões de pessoas dos continentes africano e europeu pelo Oceano Atlântico, o cacau trabalhou com uma dinâmica de deslocamentos internos. Centenas de milhares de pessoas deslocaram-se internamente pelo continente africano e pelos estados da região nordeste do Brasil para chegarem às lavouras de cacau.

A cacauicultura modificou o sistema de trabalho dos agricultores: de uma agricultura familiar para uma agricultura que precisava do trabalho assalariado, que em ambos os lugares foi suprida por trabalhadores imigrantes. Esse movimento de pessoas que foram atrás de terras para cultivar o cacau, buscando ser proprietários seja na Costa do Ouro, seja no sul da Bahia, transformou essas duas regiões que, de acordo com as administrações governamentais locais, eram pouco povoadas.

É necessário enfatizar que as administrações coloniais ou mesmo estaduais (como na Bahia) viam territórios ocupados por nativos como despovoados. Losurdo (2006)

---

<sup>4</sup> A independência da Costa do Ouro se dá em 1957 e o país muda seu nome para Gana.

identificou esse fenômeno na América do Norte no período colonial e Sahlins (2007) no continente africano e na Oceania. Os autores narram como a agricultura de não subsistência é colocada como premissa para a garantia da posse da terra. Costumes como os dos nativos de caça e não exploração intensiva da terra eram vistos como hábitos de descaso e de preguiçosos.

A noção de que a terra tem que ser utilizada pela agricultura mais intensiva para que sua posse seja reconhecida, é uma ideia que irá perdurar por boa parte do século XX, e estendida a outros continentes como o africano e asiático (SAHLINS, 2007) e à própria Bahia, no Brasil de acordo com a Lei de Terras nº 198, de 1897, que garante o direito à posse da terra se houver plantação e moradia no local. Outras formas de exploração da terra que não a da agricultura comercial de exportação não eram reconhecidas.

A metodologia utilizada para estudar os trabalhadores do cacau nas duas margens do Oceano Atlântico é a história comparada, pois torna possível o estudo de certos aspectos, de traços comuns e de estruturas gerais, permanecendo "(...) a reconstrução das continuidades, a ênfase na interdependência (...)" (HAUPT, 1998; KOCKA, 2003, p. 2).

Dessa forma, como um dos aspectos comuns entre os dois espaços estudados, está a questão da mobilidade geográfica desses trabalhadores que estavam atrás de melhores condições de vida, buscando a posse da terra e melhores salários. Entre os aspectos que diferenciam esses trabalhadores, estão questões ligadas às divisões do trabalho que remetem às experiências desses homens e mulheres com o trabalho pré-agricultura comercial em cada local.

Os anos de 1920 e 1945 marcam as balizas temporais dessa pesquisa. As duas datas estão ligadas à navegabilidade pelo Atlântico: a década de 1920 está ligada à construção e reaparelhamento dos portos de Ilhéus (Bahia) e Takoradi (Costa do Ouro), que são equipamentos necessários para dar vazão ao cacau, cujos mercados situavam-se na Europa e nos Estados Unidos. Quanto a 1945, o término da Segunda Guerra Mundial pôs fim a anos de restrição à navegabilidade pelo Atlântico.

O presente artigo encontra-se dividido em duas partes, a primeira que trata da Costa do Ouro: Mobilidade dos Trabalhadores na Costa do Ouro (atual Gana), Trabalho/trabalho forçado e Trabalhadores nas fazendas de cacau na Costa do Ouro. A segunda parte trata do Sul da Bahia: Mobilidade dos Trabalhadores no Brasil e na região Nordeste; Sul da Bahia: trabalho das roças de subsistência para a monocultura e Trabalhadores nas fazendas de cacau no sul da Bahia. Na medida em que as fontes estavam disponíveis buscou-se um equilíbrio na apresentação dos dados de ambas as localidades:

## **Costa do Ouro**

### **Mobilidade dos trabalhadores na Costa do Ouro (atual Gana)**

Um aspecto singular da mobilidade do trabalhador é ressaltado por Harvey (2013, p. 485): “A força de trabalho é uma mercadoria, mas as condições que governam sua mobilidade são muito especiais. É a única mercadoria que pode levar a si mesma para o mercado sem a ajuda de ninguém”.

Essa caracterização da mobilidade espontânea da mão de obra feita por Harvey não é sempre válida e nem absoluta para as colônias dos países europeus. Após séculos de mobilidade geográfica forçada, a mão de obra africana foi deixada em seus locais de origem, pois nas metrópoles colonizadoras, entre discussões e polêmicas, políticos, comerciantes e intelectuais chegaram à conclusão de que era mais barato manter os africanos produzindo na própria África (WILLIAM, 2012).

Num cenário de mobilidade espontânea, secas, conflitos sociais, melhores salários e condições de vida são alguns dos muitos motivos que levam o trabalhador a se deslocar. Ao mesmo tempo que têm a liberdade de procurar por melhores salários, acompanhando o deslocamento do capital; o trabalhador passa por um processo de desenraizamento, de destruição de antigos modos de vida e a recriação de outros (HARVEY, 2013).

No que diz respeito à Costa do Ouro, até a década de 1920, não havia números oficiais ou ferramentas que registrassem a entrada e saída de migrantes e imigrantes. Segundo o Foreign Office (1920, p.31): “It is estimated that some 3,500 labourers, few of whom become permanent residents, enter the colony every year in search of employment” (FOREIGN OFFICE, 1920, p.31).

Embora os números possam não ser precisos, alguns lugares de origem eram conhecidos: Libéria, Serra Leoa e Lagos, Costa do Marfim. Havia ainda a migração interna entre os territórios da Costa do Ouro, sendo os Territórios do Norte fornecedores de mão de obra livre e forçada para as fazendas de cacau.

Sobre essa mão de obra que vinha dos Norte, Davison (1954, p.594) escreve: “O grosso da população – 97% no caso dos Territórios do Norte - consiste em agricultores de subsistência, exportando pouco além da mão-de-obra dos jovens”. Esse trecho de Davison não utiliza termos que enfatizam a exploração forçada da mão de obra, mas deixa entrever a faixa etária, jovens, que foram mobilizados para a economia do cacau e da exploração de minérios como o manganês, por exemplo.

A solidariedade étnica aliada à possibilidade de recebimento de salários fizeram com que trabalhadores de outras colônias fossem para a Costa do Ouro: “ (...) assim, por exemplo, foram numerosos os habitantes da Costa do Marfim que fugiram ao trabalho forçado dirigindo para a Gold Coast, onde se tornaram assalariados nas grandes plantações (...)” (M'BOKOLO, 2011, p.525/526).

### **Costa do Ouro: Trabalho e trabalho forçado**

Historiadores europeus e norte-americanos como Marc Ferro e Judith Carney procuraram demonstrar que os africanos e africanas, desde o início do período colonial no século XVI, eram reconhecidos por suas qualidades/especificidades nos trabalhos agrícolas, no pastoreio e no artesanato. Traficantes de escravos, comerciantes e fazendeiros colonizadores sabiam em que regiões do continente africano buscar determinadas especialidades de mão de obra.

Por outro lado, historiadores e intelectuais africanos, como Senghor (1961) enfatizam que os europeus ofereciam: “(...) o utensílio e o ardor no trabalho do operário, sem nos garantir o seu gosto ou a sua consciência profissional” (SENGHOR, 1961, p.34). Além de serem chamado de preguiçosos e apáticos, os trabalhadores (as) africanos (as) que deveriam trabalhar em suas terras eram obrigados às prestações de trabalho gratuitas (para chefes e governos) sem contar com qualquer ajuda alimentícia: “É que no decurso da “prestação”, o negro se alimenta por sua conta, embora trabalhe “para o bem público” (TIDJANI, 1961, p.85). Embora Tidjani tenha fornecido detalhes do funcionamento do trabalho forçado nas colônias francesas, as palavras *recrutamento* e *prestação* são encontradas quando se menciona o trabalho nas colônias inglesas.

M'Bokolo (2011) afirma que os ingleses, se comparados a outros colonizadores, utilizaram pouco o trabalho forçado em suas colônias. Como salienta o autor, numa economia em que os impostos tinham que ser pagos em dinheiro e não havia muito em circulação, o pagamento de impostos por meio de trabalho efetivamente pouco diferia do trabalho forçado.

Tendo em vista que a utilização do trabalho forçado era uma das características dos regimes coloniais, é importante apresentar uma conceituação. No artigo sobre o trabalho forçado de mulheres e crianças na Província Central, da Costa do Ouro entre 1900-1940, Akurang-Parry (2001, p.31) define trabalho forçado a partir do que era registrado pela Liga da Nações:

Following the League of Nations definition, I use forced labor to mean “all work or service which is exacted from any person has not offered himself voluntarily”. My conceptual framework is based on the colonial authorities definitive statement that “the services of the children (laborers) are not offered voluntarily”.

O texto de Akurang-Parry (2001) analisa a exploração da mão de obra feminina e infantil em várias atividades econômicas, dando ênfase ao transporte de produtos, melhor dizendo, no carregamento na cabeça de produtos da agricultura comercial, entre outros.

Segundo Akurang-Parry (2001), o governo colonial inglês começou a se preocupar com o trabalho infantil a partir de 1880, mas sem ações que evitassem a prática. Pressionados pela Liga das Nações, em 1931, algumas ações paliativas foram propostas, como a proibição de trabalho noturno e no mar para crianças.

De acordo com Akurang-Parry (2001), essas ações não afetavam o trabalho forçado que existia de fato na Costa do Ouro. Centenas de milhares de meninos e de meninas pré-púberes eram forçadas a trabalharem em atividades que variavam do transporte de cacau na cabeça, obras públicas, como a construção e manutenção de estradas e no comércio. Segundo a autora, esse trabalho “contributed to the booming cash crop economies of the interior agrarian regions and the coastal export-import trade” (p.32).

Entre os motivos que levaram à exploração do trabalho feminino na economia colonial, Akurang-Parry (2001, p.32) cita a diferença de gênero já enraizada nas sociedades africanas.

Adults females were either married or serving as vital farmhands, leaving prepubescent female exploitable as porters. The colonial economy transformed land tenure, and the colonial educational system served as a vehicle of social mobility, these changes favored males, leading to the feminization of menial labor. Female and child forced labor involved the portage of cocoa, palm oil, and kernels from the producing regions in the interior to the coastal exporting centers of Accra (...)

Pais e familiares foram citados como responsáveis pelo trabalho infantil. Dentre as muitas vezes em que o Governo Colonial e as empresas foram acionados para coibirem o trabalho de mulheres e crianças, a justificativa era a de que os pais ou responsáveis é que colocavam seus filhos (as) para trabalharem.

O fato é que mulheres que trabalhavam transportando safras como o cacau, por exemplo, levavam os filhos junto, que carregavam produtos em sacos pesados na cabeça por longas distâncias. As condições de trabalho não eram adequadas para os adultos, e para as crianças eram ainda piores. Grandes distâncias eram percorridas a pé, e diariamente, com pesos excessivos, em condições climáticas e de nutrição muito ruins.

Como argumenta Akurang-Parry (2001), o governo colonial jogava a responsabilidade do trabalho forçado nas famílias e não reconhecia que esse trabalho sustentava a economia colonial. Muitos representantes do governo colonial também argumentavam que não havia problema em colocar as crianças para trabalhar, que já estavam acostumadas, que era uma tradição.

Um terceiro ponto diz respeito a uma circulação de mão de obra, que era escrava no século XIX em algumas regiões da Costa do Ouro, situação que persiste até 1940 com características servis. Meninas e meninos eram trazidos dos Territórios do Norte como mão de obra servil.

Em 1940, o Governo Colonial inglês decretou<sup>5</sup>, através da Portaria 19, que crianças menores de 12 anos não poderiam exercer qualquer trabalho, a não ser aquele realizado para a própria família. Como informa Akurang-Parry (2001), muitos empregadores, para continuar explorando o trabalho infantil, afirmavam, desonestamente, que as crianças eram seus filhos (as).

Um fator adicional que manteve as mulheres/meninas no trabalho forçado foi a preferência dos pais em garantir a educação do filho (homem):

(...) with the introduction of schools in the interior, parents, for the most part, sent their male children to school and exploited their female children, as porters and farmhands. Thus, in the less developed interior, female children forced labor continued well beyond the 1940s, and the number of children involved in portorage labor may even have increased. (AKURANG-PARRY, 2001, p.43)

No artigo *Labor Relations and Trade Unions in the Gold Coast*, Davison (1954) afirma que na década de 1920 ainda havia casos de tráfico de escravos, e que na década de 1950 havia trabalhadores domésticos e do cacau que tinham seu *status* de trabalhadores livres apenas no papel, pois as condições reais eram péssimas.

Davison (1954) atribui aos Ashantis, o último dos povos da Costa do Ouro a resistir aos ingleses, o pouco apreço aos trabalhos manuais. Depois de deixar atividades guerreiras e de tráfico de escravos, os Ashantis teriam se tornado fazendeiros de cacau, mas contratando mão de obra dos Territórios do Norte.

The Ashanti may pay an anual wage equivalente to about twenty or thirty dollars plus subsistence or may engage the worker on a profit-sharing basis (kown locally as the "Abusa" system), handing to the laborer one third of what he allerges he receives for the cocoa (...) (Davison, 1954, p.595)

---

<sup>5</sup> Segundo Davison (1954), em 1938 foi criado o Departamento de Trabalho da Costa do Ouro para assessorar o governo nas questões do trabalho.

Davison (1954) argumenta que havia uma exploração injusta dos trabalhadores do Norte pelos Ashantis, que as condições de trabalho nas fazendas eram ruins, “não suportariam um exame crítico” e que nada havia sido feito para melhorar a vida ou as condições de trabalho destes. Davison ainda fornece um perfil dos empregadores e do modo de organização produtivo, enfatizando a importância das tradições locais.

Jennifer Hart (2014), ao tratar da história dos motoristas e dos sindicatos na Costa do Ouro na primeira metade do século XX, faz um breve histórico das relações de trabalho existentes na Costa do Ouro, mostrando o processo de adaptação das estruturas nativas e daquelas impostas pelo governo colonial. Para a lavoura do cacau, a autora no trecho a seguir descreve as estratégias nativas para manter a expansão da produção cacauaieira:

When cocoa production surpassed palm oil as the colony's major export in the nineteenth century, cocoa farmers also had to mobilize and control labor to work their rapidly expanding farms, often accumulating multiple wives and children to provide farm labor and employing local youth and women to tend farms and help with the harvest and transport. (HART, 2014, p.190)

Como pode ser observado em Hart (2014) e em outros autores, a divisão do trabalho por gênero, considerada uma característica do continente africano, aparentemente se aprofunda com a importância que o cacau vai tomando na economia da Costa do Ouro. Ter mais esposas e filhos foi, inicialmente, uma das estratégias para garantir mão de obra para a lavoura cacauaieira.

### **Trabalhadores nas fazendas de cacau na Costa do Ouro**

A passagem gradual da agricultura familiar para a agricultura de exportação cacauaieira na Costa do Ouro demandou trabalhadores, que vieram de diferentes lugares do continente africano e que também estavam em diferentes estágios/fases de organização quanto ao trabalho.

A economista inglesa Polly Hill, em seu estudo sobre as fazendas de cacau na Costa do Ouro, *The Gold Coast Cocoa Farmer: a preliminary survey* apresenta e analisa questões relacionadas à produção do cacau envolvendo a terra e o trabalho. Importante destacar que a literatura pesquisada tem enfatizado que as propriedades na Costa do Ouro eram consideradas pequenas<sup>6</sup> até 1950, sendo esse um aspecto relacionado à forma de propriedade

---

<sup>6</sup> Propriedades consideradas pequenas por diversos autores como Tosta Filho, Aguiar, entre outros. Entre 1925 e 1939, os tamanhos das fazendas de cacau na Costa do Ouro variaram de região para região e com o

e usufruto da terra por nativos e pelos trabalhadores estrangeiros.

Outro aspecto a ser ressaltado em Hill (1956) é que esta não enfatiza o trabalho feminino nas lavouras cacaeiras, apenas cita o trabalho de mulheres que são proprietárias das terras. Embora afirme ter encontrado mulheres (esposas) que tinham suas lavouras independentes dos maridos, é Arhin (1988) quem vai deixar um pouco mais claro que viúvas e mulheres mais velhas tinham mais independência para cultivar o cacau, pois estariam livres da obrigação de garantir a produção agrícola de subsistência.

No entanto, é em Hill (1956) que esse artigo encontrou uma apresentação mais antiga dos tipos e modos de organização do trabalho que mesclam experiências das terras de origem dos trabalhadores (migrantes) com formas de trabalho encontradas na Costa do Ouro, acrescidas das imposições/necessidades da agricultura de exportação do cacau. Nessa obra de Hill publicada em (1956) há a descrição de vários tipos de organização do trabalho na Costa do Ouro: o trabalhador-Abusa, o trabalhador Nkotokuano, o assalariado anual e contratado por dia. Embora muitas das tarefas sejam comuns a todos os trabalhadores, é interessante observar pequenas variações nas perspectivas de fixação desses trabalhadores (Ver Quadro 1).

O sistema de trabalho *abusa* herda a palavra do idioma *Twi*, que significa divisão em um terço. Envolve a forma de divisão a partir de um terço da produção no final da safra ou um terço da terra (usufruto), estava fortemente arraigada na cultura local e não era algo inerente à produção cacaeira.

De acordo com Hill (1956), o sistema *abusa* teve sua origem como forma de facilitar a concessão de direitos a forasteiros que estivessem interessados na lavoura. No entanto, o *status* dos homens-Abusa não era o de um proprietário da terra. Era visto como um “intermediário entre fazendeiro e trabalhador”. Nos que diz respeito às primeiras experiências com os homens-Abusa, Hill escreve que:

The earliest employers of *abusa* labourers continued, it is to be presumed, to pluck their old farms themselves; *abusa* labourers were employed to make new farms because the farmers, helped by their families, found themselves fully engaged on their old farms. (...) As time went by farmers became wealthier and labourers, having established that their farm, had less to do: at some stage it must have become apparent that *abusa* system could conveniently be applied to old farms. (HILL, 1956, p.16/17).

---

tempo. De acordo, com alguns dados levantados por Hill (1956), entre 1925 e 1939, essas propriedades variaram de 1,7 acre até 6,6 acres. Lembrando que 1 acre = 4.046 m<sup>2</sup>.

Segundo Hill (1956), o sistema *abusa* se refere à relação entre o dono da terra e o trabalhador. Vale ressaltar que a partilha efetiva sempre estava sujeita a ajustes no final do processo, havendo pouca definição prévia. Apesar de serem conhecidos como os responsáveis pela colheita da maior parte do cacau da Costa do Ouro, não havia até 1955 quaisquer estudos acerca da evolução da posse da terra, não havendo indícios de que estes trabalhadores-Abusa possam ter se tornado proprietários.

Apesar da afirmação anterior de Hill, o status do homem-Abusa não era muito claro, variando de região para região as tarefas e pagamentos que lhe eram atribuídos. Eram conhecidos dois tipos, o trabalhador-Abusa e o inquilino-Abusa:

Under this system the labourer (he was a labourer proper) had the right to remain so long as he satisfied his master, but he could not sell this right. Under the second system, described as 'an ingenious way of circumventing the law', the labourer was an 'abusa-tenant' in disguise. He received nothing at all as a right when he arrived: no tools, no kerosene, no subsistence money. He simply undertook to establish a farm for the 'landowner' on the understanding that he would be given one-third of the area when it came into bearing and that he would meanwhile be able to grow food crops for his own use and to sell the inter planted catch crops from the cocoa farm. When the time came for the labourer to take over his one-third share it was customary for the 'landowner' to employ another labourer on his remaining two-thirds as otherwise, it was explained, there would have been a risk of the original labourer stealing the landowner's cocoa. (HILL, 1956, p.15/16)

No que toca ao homem-Abusa, sua remuneração era mais alta do que a do trabalhador Nkotokuano, sendo responsável pela produção dos alimentos de sua subsistência. Caso o seu empregador vendesse os alimentos do dia a dia, recebia uma parte do valor.

Quanto ao trabalhador Nkotokuano, aparentemente, o sistema Nkotokuano originou-se em Akwapim e se espalhou em sentido leste para regiões e países como o Togo, ao mesmo tempo em que o cacau se desenvolvia nessas áreas.

As pesquisas de Polly Hill levaram-na a situar o trabalhador Nkotokuano em algumas partes da Costa do Ouro: Akwapim, em partes de Akim Abuakwa onde havia fazendeiros migrantes. Um lugar, fora da Costa do Ouro, era o Togo britânico. É importante, ressaltar a existência do Nkotokuano nesse último lugar, pois a migração de trabalhadores fez com que certas formas de trabalho fossem constantes e permanecessem ou não em regiões da Costa do Ouro.

Apesar de Polly Hill escrever que esse sistema de trabalho não era feito para o trabalhador Nkotokuano se tornar permanente, pois considerava não haver incentivos dos

fazendeiros para que isso acontecesse, é interessante destacar que: os fazendeiros forneciam temporariamente um quarto até que se estabelecessem por conta própria e terras para cultivar alimentos de subsistência, de maneira geral, estavam disponíveis para este trabalhador e sua família. No entanto, as ferramentas não lhe eram fornecidas e, provavelmente, este é um dos motivos de endividamento junto aos fazendeiros.

Segundo Hill (1956), esse sistema de trabalho não garantia uma qualidade de vida para o trabalhador ou para a sua família. A escola, por exemplo, não estava ao alcance de suas crianças. No entanto, apesar de inúmeras lacunas sobre esse sistema de trabalho, a autora chama a atenção para uma característica marcante, que é o pertencimento desse trabalhador a dois tipos de economia, a assalariada, do dinheiro e à economia de subsistência.

A questão dos salários/pagamentos, ao que tudo indica, estava conectada aos valores recebidos pelos fazendeiros pela produção do cacau. As entrevistas feitas por Hill (1956) demonstram que os valores variavam bastante, e que muitas vezes a inacessibilidade das fazendas fazia aumentar esses valores.

No que diz respeito aos trabalhadores anuais, acredita-se que já atuavam antes da primeira guerra mundial. Hill (1956) destaca que eram considerados como o trabalhador real, e não fazendeiros forasteiros disfarçados. Muitos empregadores o consideravam superior aos Abusa e ao Nkotokuano. Nas regiões em que Hill pesquisou, essa mão de obra estava em falta, pois haviam sido recrutados pelo Departamento de Agricultura.

**Quadro 1** – Tipos de trabalhadores do cacau na Costa do Ouro.

Tipos de Trabalhador	Tarefas	Status	Formas de pagamento	Observações
Abusa	Plantar Colher Quebrar Secar Transportar	Permanente	1/3 da terra (usufruto) ou 1/3 da produção no final da safra	Frequentemente, o trabalhador abusa vivia com sua família na fazenda e participavam das tarefas.
Nkotokuano	Colher Quebrar Secar	Temporário.  Havia processos de endividamento com o fazendeiro (que os faziam ficar mais tempo).	Recebia uma quantia fixa, durante qualquer estação, por saco de cacau produzido.  Podia ter vários patrões.	O transporte das amêndoas secas era pago à parte. Capinagem das plantações (1x ou 2x) ao ano e trabalhar na área, do dono da terra, destinada à alimentação de subsistência não eram obrigações e deveriam ser pagas como extra.
Assalariado anual	Quaisquer tarefas.  Empregados na abertura de novas fazendas.	Contratado por um ano.	Com salário fixo.	Era considerado como um dos mais antigos da Costa do Ouro. Não traziam a família. Só descansava no domingo. Ferramentas, roupas e comida fornecidos pelos fazendeiros.
Assalariado por dia	Capinagem das lavouras. Abertura de novas fazendas.	Contratado por dia.		Trabalho supervisionado.

Fonte: Construído a partir de Hill (1956).

Regiões de floresta, como Asafo, são citadas como empregando os trabalhadores anuais. Outra informação interessante sobre como a diferença de tamanho, localização e idade das fazendas influía no tipo de trabalhador contratado é que os anuais tendiam a serem empregado em fazendas maiores do que aquelas que empregavam outros tipos de trabalhadores.

## Sul da Bahia

### Mobilidade dos Trabalhadores no Brasil e na região Nordeste

Com o fim do trabalho escravo no Brasil, a preocupação com a manutenção das lavouras levou a uma busca por soluções. A migração de trabalhadores europeus foi uma das respostas encontradas para garantir a continuidade da produção de *commodities* como o café. E uma outra solução foi aplicada para os trabalhadores nacionais:

Já que não era mais possível manter a produção por meio da propriedade da própria pessoa do trabalhador, a “teoria” da suspeição generalizada passou a fundamentar a invenção de uma estratégia de repressão contínua fora dos limites da unidade produtiva. Se não era mais viável acorrentar o produtor ao local de trabalho, ainda restava amputar-lhe a possibilidade de não estar regularmente naquele lugar. (CHALHOUB, 2017, p.28)

A partir do trecho de Chalhoub, observa-se que mesmo numa sociedade não-colonial e oficialmente sem escravos, os interesses dos grandes produtores e do capital, aliado a políticos locais e nacionais buscavam controlar os fluxos da mão de obra para que as lavouras não ficassem sem capacidade produtiva. Se as lavouras de café na região sudeste estavam utilizando mão de obra livre dos imigrantes europeus, quem eram os trabalhadores livres na região Nordeste do Brasil?

A hipótese que utilizaremos nesse artigo é a informação trazida a partir de Celso Furtado<sup>7</sup> (2007) de que havia uma mão de obra livre, dispersa por todo o país, que se dedicava à agricultura de subsistência e que foi empurrada no século XX para o trabalho nas monoculturas como o cacau, no sul da Bahia; para o café e para as indústrias no sudeste brasileiro.

Mas não somente no sistema de subsistência existia mão de-obra trabalhando com baixíssima produtividade, e que podia ser considerada como reserva potencial de força de trabalho. Também nas zonas urbanas se havia acumulado uma massa de população que dificilmente encontrava ocupação permanente. As dificuldades principais neste caso eram de adaptação à disciplina do trabalho agrícola e às condições da vida nas grandes fazendas. As dificuldades de adaptação dessa gente e, em grau menor, daqueles que vinham da agricultura rudimentar do sistema de subsistência contribuíram para formar a opinião de que a mão-de-obra livre do país não servia para a “grande lavoura”.

Furtado (2007, p. 178) nomeia esse trabalhador de subsistência de caboclo: “Tem-se repetido comumente no Brasil que a causa dessa agricultura rudimentar está no

---

<sup>7</sup> O autor, assim como outros pesquisadores, não deixa claro se considera os ex-escravos como trabalhadores nacionais. De qualquer forma, para este artigo, ex-escravos estão na categoria de trabalhadores nacionais.

caboclo, quando o caboclo é simplesmente uma criação da economia de subsistência”.

Em momentos de crises econômicas e climáticas, como as conhecidas secas nordestinas, um contingente de pessoas, de trabalhadores iniciavam movimentos migratórios para outras regiões. Como alegam Velho (1976) e Furtado (2011), as elites locais só concordavam com essas movimentações quando esse excedente de mão de obra podia trazer ameaças sociais. Um outro ponto de vista interessante que se aplica a esse artigo é o de Albuquerque Jr. (2011):

(...) a esperança dos retirantes da seca, dos pobres da região, de sua terra da promessa, aparece sempre num indefinido lugar ao Sul. Seja o Sul de Pernambuco com suas usinas, seja o Sul da Bahia com seu cacau, ou o do Rio de Janeiro e de São Paulo com o café e a indústria. Este Sul, além de ser uma miragem de melhoria de vida, de fim de miséria, de ‘encontro com a civilização’, é também visto como o local de transformação do camponês alienado em operário, classe portadora do futuro. O Sul é o caminho da libertação, mesmo que possa significar, inicialmente, o aprisionamento na máquina burguesa do trabalho” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 224).

De acordo com Albuquerque Jr. (2011) entre os muitos discursos criados para caracterizar a região Nordeste do Brasil, essa imagem/miragem do sul redentor, do sul novo começo é o que levou milhões de pessoas a se moverem pelo interior do país. Felizmente, Albuquerque Jr. percebe, embora com críticas, esse movimento migratório para o sul da Bahia, pois Celso Furtado e Velho (1976) analisam apenas o movimento de nordestinos para a região amazônica e para a região sudeste.

Dessa forma, na próxima sessão será tratada a migração de nordestinos para o sul da Bahia. Uma migração interna, provocada por crises, pelas secas, por conflitos sociais como os de Canudos.

### **Sul da Bahia: trabalho das roças de subsistência para a monocultura**

Segundo Albuquerque Jr. (2011), a inclusão da região sul do estado como parte da Bahia, a visibilidade alcançada pela região se deve à obra do escritor Jorge Amado, pois até então, e talvez até hoje, a Bahia significava a região do recôncavo, ao redor da cidade de Salvador.

O grande tema da obra amadiana é a transição entre a sociedade tradicional cacauera e a submissão dos velhos coronéis da área às novas relações mercantis, ao capital internacional, representado pelas casas exportadoras, que paulatinamente passam a controlar, além da intermediação, a própria produção do cacau, levando os coronéis à falência.(...) Assim como José Lins, Amado tende a explicar a decadência da fazenda tradicional do cacau pela incapacidade das

novas gerações de lidar com os trabalhadores da mesma forma paternalista que faziam seus pais e avós. (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 251)

Na Bahia, mesmo antes da abolição da escravidão, assinada em 13 de maio de 1888, Lyra (2007) enfatiza que a questão da mão de obra era mais de liberação de braços do que de sua falta. Logo após a proibição do tráfico de africanos escravizados, a Bahia começou a exportar escravos para o sul do país e a criar colônias de pequenos proprietários para sua fixação no sul do estado.

Segundo Lyra (2007), das colônias que o Estado tentou implantar na região sul a partir da segunda metade do século XIX, ficaram pelos menos os colonos nacionais – baianos, sergipanos, alagoanos e cearenses - que se tornaram força de trabalho, ou seja, mão de obra assalariada para as fazendas que já existiam na região.

A preocupação com a disponibilidade de mão de obra para a lavoura do cacau no sul da Bahia começou cedo, da mesma forma que houve a preocupação por parte de algumas autoridades<sup>8</sup> de Ilhéus, logo após a abolição da escravidão no Brasil, em manter negros alforriados longe da posse de qualquer terra e garantir que seriam trabalhadores e não proprietários (LINS, 2007).

Os governos baianos do final dos séculos XIX e das primeiras décadas do século XX insistiram na propaganda para conseguir fazendeiros e trabalhadores para as fazendas de cacau. Para Costa (1995) e Lins (2007), a propaganda foi enganosa, pois os grandes proprietários locais queriam mão de obra para suas fazendas e, passado o primeiro momento em que centenas de milhares de imigrantes adentraram a floresta para plantar e cultivar o cacau, não havia mais terras disponíveis. Com o fim da disponibilidade de terras, Lins acredita que começa a transição para o trabalho assalariado.

De acordo com Fálcon (2010), a partir de 1920, por diversas razões, há um processo de concentração da terra, com a absorção de pequenas propriedades<sup>9</sup> que não conseguiam competir pelos escassos créditos disponibilizados para a lavoura e pela dificuldade de regularização da documentação que lhes conferia a posse da terra. A anexação das pequenas propriedades por firmas exportadoras, pelos grandes proprietários têm sido documentadas por historiadores e pesquisadores como Fálcon, Milton Santos e por romancistas, como Jorge Amado, que evidencia em suas narrativas a prática do caxixe.

---

<sup>8</sup> Nesse caso, correspondência de um juiz de Ilhéus para o Ministro da Agricultura (LINS, 2007).

<sup>9</sup> A definição de grande, média e pequena propriedade produtora de cacau variava de cidade para cidade no sul da Bahia. Uma fazenda considerada pequena tinha até 30 hectares em Ilhéus, mas em Itacaré podia ter até 100 hectares (CALDEIRA, 1954).

Milhares de pessoas em busca de melhores salários e terras, fugindo das secas e de conflitos sociais vieram para o sul da Bahia e, ao longo das primeiras décadas do século XX, transformaram a região de um lugar de vilas em cidades como Itabuna, Uruçuca, entre outras.

Esses fluxos de trabalhadores que vinham para o sul da Bahia foram responsáveis por transformar a região. A cidade de Ilhéus vai ter seu território continuamente dividido por vilas e distritos, como Itabuna e Água Preta (atual Uruçuca) que se emancipam ao longo das primeiras décadas do século XX. Apesar disso, Ilhéus entre 1920 e 1940 vai ver sua população quase duplicada, de 63.912 para 113.260 moradores.

Fim da disponibilidade de terras cultiváveis, concentração de terras e uma migração constante, mantiveram um fluxo de mão de obra contínuo para a região que impactou na criação de cidades, na imposição da melhoria de redes de transportes e trouxe impactos sociais, como a criação de tipos de trabalhadores como os peões que na região eram conhecidos como os alugados, os contratados e os empreitados (FALCÓN, 2010).

### **Trabalhadores nas fazendas de cacau no sul da Bahia**

De acordo com Carvalho (2012), a população que trabalhava com as atividades agrícolas no sul da Bahia na década de 1920 era de 9.605 pessoas, desse total 550 eram mulheres. Já na década de 1940, eram cerca de 22.867 pessoas, apenas 615 eram mulheres.

O trabalho assalariado apresentava-se basicamente em duas formas: por dia trabalhado e por empreitada. Não há dados acerca das proporções, mas percebe-se que o trabalho por empreitada adquiriu certa condição de destaque, em parte porque conferia alguma liberdade ao trabalhador e porque daria ao proprietário alguma segurança de execução das tarefas. Famílias inteiras, trabalhadores com esposa e filhos, trabalhavam nas empreitadas (CALDEIRA, 1954, AMADO, 2000).

No que diz respeito à empreitada, em *Cacau*, Jorge Amado (2000) descreve o tipo de trabalhador que fazendeiros tinham em mente para a empreitada:

Todo princípio de ano os coronéis olham o horizonte e fazem as previsões sobre o tempo e sobre a safra. E vêm então as empreitadas com trabalhadores. A empreitada, espécie de contrato para colheita de uma roça, faz-se em geral com os trabalhadores, que casados, possuem mulher e filhos. Eles se obrigam a colher toda uma roça e podem alugar trabalhadores para ajudá-los (p.1).

Ambos (empreitados ou pagos por dia) costumavam residir na fazenda, sendo

a moradia e o combustível (lenha) uma espécie de composição do pagamento pelo trabalho, que raramente garantia dinheiro mais do que o suficiente para a alimentação, especialmente porque o alimento era quase sempre adquirido em barracões do proprietário/fazendeiro, a preços altos. Raramente restava qualquer economia em posse do trabalhador do final de cada mês ou safra.

Com relação ao trabalho assalariado, Jorge Amado (2000, p. 1) escreve como o termo *alugado* causava estranheza aos trabalhadores migrantes que chegavam à região a procura de trabalho.

Está você alugado do Coronel.

Estranhei o termo:

– A gente aluga máquina, burro, tudo, mas gente não.

– Pois nessas terras do Sul, gente também se aluga. O termo me humilhava. Alugado... Eu estava reduzido a muito menos que homem...

Aparentemente, trabalhadores solteiros trabalhavam como alugados ou assalariados. Trabalhavam por dia, fazendo qualquer tipo de trabalho: na derruba, na “juntagem”, no cocho e nas barcaças. Segundo Amado (2000), esses trabalhadores eram a maioria.

É importante destacar que parte desses trabalhadores se tornam mais presentes e necessários a partir do momento em que as roças estavam formadas e eram repassadas pelos contratistas para os proprietários da terra, no geral, grandes e médios. A formação das roças era feita, em grande parte pelos “contratistas”, que não recebiam salários, mas eram pagos por pés de cacau plantados.

Segundo Falcón (2010), esse sistema de trabalho, tendo o contratista como figura principal, era utilizado em alguns países da América Central e, por razões até agora não conhecidas, foi muito difundido no sul da Bahia. A descrição da posição social desse trabalhador é baseada na relação temporária e de não-posse com a terra: “O contratista era uma espécie de parceiro desfigurado misturado a um trabalhador empreitado, cuja principal característica residia no fato de situar-se efetivamente como um despossuído, um agricultor sem-terra” (FALCÓN, 2010, p.57)

Caldeira (1954) atribui ao contratista um papel de extrema importância na expansão da lavoura, embora na década de 1950 sua presença estivesse reduzida. Partindo de contratos verbais e, posteriormente, escritos e registrados em cartórios, esses trabalhadores recebiam dos proprietários um terreno não trabalhado dentro da mata e um crédito limitado para compra de alimentos e ferramentas (CALDEIRA, 1954; FALCÓN,

2010).

Ele e sua família deveriam construir a casa em que iriam morar, limpar o terreno, semear, cuidar do cacau até o momento em que aquela plantação estivesse em plena produção, enquanto viviam das roças de subsistência que ele e família preparavam em meio ao cacau (banana, mandioca, feijão, milho). Embora as plantações de mandioca fornecessem o sombreamento inicial para o cacau, estavam restritas a duas colheitas seguidas, pois havia a preocupação do fazendeiro em não deixar a terra fraca para o cacau.

Até o quarto ou quinto ano, o contratista ainda podia dispor do cacau. Depois, as plantações com todas as benfeitorias do local, inclusive com as plantações de alimentos de subsistência, eram entregues ao proprietário, que pagava por pés de cacau que haviam sido plantados e que tinham crescido. Desse valor eram descontados o crédito inicial oferecido, e o contratista buscava novo terreno para reiniciar sua jornada. De maneira geral, os contratos não passavam de oito anos (CALDEIRA, 1954; FALCÓN, 2010).

Gustavo Fálcon (2010) escreve que muitos contratos não eram honrados pelos fazendeiros e que havia um cemitério clandestino onde contratistas que não se conformavam tinham seus corpos enterrados. Jorge Amado (2000) narra o caso de um chefe de família, cearense, que fez um contrato com um dos coronéis, fazendeiros, da região e que não teve o seu contrato honrado.

A partir da expansão da lavoura cacauceira, entre 1890 e 1930 (Garcez e Freitas, 1979), o trabalho assalariado vai se estabelecendo e, mesmo que haja poucas diferenças nos pagamentos específicos por atividade executada, seja durante a derrubada de mata/floresta, no plantio, nos tratos culturais e no beneficiamento, há na literatura pesquisada a citação de diferentes trabalhos realizados e diferentes habilidades requeridas na produção do cacau: trabalhos especializados e não-especializados. No que diz respeito aos assalariados especializados, podem ser citados: o gerente/administrador e os serradores, entre outros.

Diniz e Duarte (1983) fizeram uma classificação mais apurada da divisão social do trabalho nas fazendas e esclarecem que algumas funções se tornaram especializadas. Abaixo, no Quadro 2, segue um breve e não exaustivo inventário dos tipos de trabalho e trabalhadores das fazendas com base nas referências e fontes utilizadas.

**Quadro 2** - Trabalhadores do cacau.

Trabalhadores	Tarefas	Observações
<b>Administradores</b>	Intermediário entre o proprietário e os trabalhadores seguindo as ordens e orientações do fazendeiro.	Salário mensal; Presentes e gratificações; Moradia na fazenda.
<b>Cabo da turma/turmeiro</b>	Coordenava os trabalhos nas roças, ajudava o administrador.	Sem vantagens salariais com relação aos outros trabalhadores, mas existia a possibilidade de ganhar presentes e gratificações.
<b>Podador</b>	Poda dos cacauzeiros	O período para a poda do cacauzeiro era/é feita de setembro a dezembro.
<b>Colheiteiro/cortador</b>	Colher cacau das árvores	O trabalho requeria habilidades para não lesar parte da árvore e prejudicar futuras colheitas.
<b>Tirador</b>	As amêndoas ou cacau mole eram/são retiradas com a mão ou ainda com uma dedeira de pano.	Não era considerado um trabalhador/a especializado (a), pois realizava outras tarefas na fazenda. O trabalho feminino era bastante utilizado por não exigir muito esforço físico no processo de tirar o cacau mole dos cocos.
<b>Tropeiro</b>	Eram os encarregados de transportar o cacau em tropas de animais em dois momentos: 1- Dentro da própria fazenda: trazendo o cacau mole do interior da fazenda para os cochos de fermentação. 2- Transportando as amêndoas secas e ensacadas até o porto, ferrovia ou até determinados pontos das estradas.	
<b>Barcaceiro</b>	Era o trabalhador responsável pela secagem das amêndoas nas barcaças. Precisava espalhar a amêndoa com um ancinho e não deixar molhar em caso de chuva ou do sereno da noite.	

**Fonte:** Caldeira (1954), Amado (1976), Diniz e Duarte (1983).

Trabalhando de sol a sol, num ambiente hostil, habitat natural de cobras, insetos e outros animais, os trabalhadores lidavam com a chuva, com o barro, com o turmeiro que gritava que estavam roubando do patrão ao não trabalharem freneticamente (AMADO, 1976).

Na literatura pesquisada não houve menção aos trabalhadores que eram responsáveis pelo processo de fermentação, no entanto, a iconografia mostra que nessa tarefa que era importante para a qualidade e sabor que a amêndoa de cacau adquiriria, mais de um trabalhador eram necessários.

Havia ainda os ensacadores do cacau, quando as amêndoas já estavam secas, nas fazendas ou nas casas exportadoras. Essa atividade era realizada por homens e mulheres, embora na obra de Jorge Amado as mulheres sejam consideradas melhor qualificadas para essa tarefa.

Nos livros que compõem o chamado ciclo do cacau<sup>10</sup> na obra de Jorge Amado, há a menção ao trabalho feminino nas roças de cacau. Mulheres que trabalhavam lado a lado com homens em todas as fases da produção cacauzeira, da limpeza das matas e florestas ao processo de ensacamento das amêndoas

Quanto ao trabalho feminino, Lins (2007) escreve que havia um número alto de mulheres trabalhando na lavoura cacauzeira, principalmente na quebra do cacau e na retirada das amêndoas das cabaças. Salieta que o trabalho dessas mulheres tinha uma remuneração inferior ao trabalho masculino, apesar de realizarem as mesmas tarefas e ainda continuarem com as tarefas domésticas.

*Em São Jorge dos Ilhéus*, Amado (s/d) apresenta as roças de cacau como carentes da presença feminina. As mulheres realizavam os mesmos trabalhos que os homens e o processo de envelhecimento causado pela dureza nas lavouras cacauzeiras retiravam-lhes a beleza e feminilidade: “São molambos, sim, molambos negros, molambos mulatos, de seios flácidos, a pele batendo no umbigo, de rostos feios, de pernas sujas e feridas (...)” (AMADO, s/d, p.109). O trabalho nas fazendas de cacau envelhecia e embrutecia homens, mulheres e crianças.

Com relação ao trabalho infantil nas fazendas de cacau baianas, estava presente nas roças, na juntagem e nas barcaças. Começavam com 5 anos e aos 12 anos, os garotos já passavam a ser considerados homens tendo como ritual de iniciação a ida aos puteiros. Quanto às meninas quando órfãs, a literatura amadiana mostra que a vida como protegidas nas casas dos fazendeiros muitas vezes as levava a se tornarem vítimas da violência doméstica e da prostituição.

No que diz respeito à fixação do trabalhador nas lavouras de cacau, a questão que mais chama a atenção é a menção ao trabalhador temporário, pois de janeiro até abril há o chamado período de paradeiro, considerado período de entressafra, em que muitos trabalhadores eram despedidos.

A história de um trabalhador do cacau é apresentada por Jorge Amado (1980) e

---

<sup>10</sup> São 4 os romances do ciclo do cacau: *Cacau*, *Terras do Sem Fim*, *São Jorge dos Ilhéus* e *Gabriela, cravo e canela*.

ilustrar essa mobilidade interna forçada do trabalhador:

Eu vim faz trinta anos. Já fui trabalhador de mais de cinquenta fazendeiros... Já fui fazendeiro também. Um dia Mané Frajelo me tomou o que tinha. Hoje sou trabalhador de novo. Quando eu vim pra cá, Itabuna era Taboca, Pirangi nem existia. (AMADO, 1980, p.36)

Havia muitos fatores que influenciavam essa circulação do trabalhador pela região cacauera do sul da Bahia, mas um aspecto que causou/causa certa surpresa nos pesquisadores é o fato do cacau ser uma lavoura permanente e fixar tão pouco o trabalhador (CALDEIRA, 1954)

Caldeira (1954) e Lins (2007) apresentam alguns fatores que levam a essa mobilidade do trabalhador: a) salários não faziam frente ao custo de vida na fazenda – os barracões consumiam boa parte desses salários; b) condições de trabalho e moradia eram precárias; c) instabilidade nas relações de trabalho, pois podiam ficar desempregados na entressafra, nas situações de baixa de preços do cacau e/ou quando havia secas prolongadas.

Esses trabalhadores, nos períodos em que estavam desenraizados das fazendas de cacau e perambulavam pela região, eram considerados vagabundos e perigosos. O que traz à lembrança um trecho de Chalhoub, citado acima, em que se destaca a teoria da suspeição. Todos aqueles que não aceitavam as péssimas condições de trabalho, salários retidos pelos armazéns, maus tratos e humilhações eram suspeitos.

## **Considerações Finais**

As más condições de trabalho, salários e moradia são frequentemente citadas nos romances do ciclo do cacau de Amado. Más condições que afetaram homens, mulheres e crianças. As condições de solo e clima eram boas para o cacau, mas não para os trabalhadores e trabalhadoras.

Na Costa do Ouro o trabalhador tinha possibilidade de cultivar cacau, em faixas de terra que recebiam como pagamento, ou de cultivar alimentos de subsistência nas terras de seus patrões; no sul da Bahia, centenas de pequenos proprietários foram expulsos de suas terras e tornaram-se uma mão de obra itinerante/ambulante.

No sul da Bahia, a concentração de terra no período aqui estudado tornou o trabalhador mais vulnerável, principalmente no período em que a colheita/safra já tinha se realizado. No período chamado de “paradeiro”, da não-safra, a mobilidade do trabalhador na região era enorme, e, como consequência da monocultura, não havia outras atividades para absorver essa mão de obra.

Os trabalhadores do sul da Bahia que não tiveram condições de se ligar a uma fazenda e, por isso, ficavam desempregados por uma parte do ano. Eram chamados de vagabundos e considerados um perigo para a sociedade. A “teoria da suspeição” tinha exatamente este objetivo, tornar o trabalhador desempregado culpado pela falta de trabalho. Se não estava fixo em um trabalho, eram vagabundos. Apesar disso, em muitos textos fala-se sobre a falta de braços para o cacau.

Na Costa do Ouro ou no sul da Bahia, foi o trabalhador imigrante que ajudou na expansão do cacau. De uma agricultura familiar com produção para subsistência e de algum excesso para a venda, a produção cacaeira demandou braços que por diferentes motivos vieram de toda parte, mas a fixação do trabalhador não correspondeu ao que se imaginava para uma lavoura permanente. O nível, a qualidade de vida do trabalhador em ambos os locais comparados nessa pesquisa são muito distintas.

As jovens trabalhadoras da Costa do Ouro, sem apoio do Estado Colonial ou de suas famílias resistiram da forma que puderam: fugindo ou alegando doença para não continuarem sendo exploradas. Além disso, chefes de aldeias nem sempre contaram com a anuência de seu povo para fornecer mão de obra forçada para a construção de estradas e limpeza das cidades, entre tantas tarefas realizadas por homens, mulheres e crianças que não eram pagos ou muito mal pagos.

Interessante notar alguns aspectos-chave da comparação entre as duas realidades (sul-baiana e africana). Enquanto na Costa do Ouro a posse da terra é mediada essencialmente pelas tribos originárias, o trabalho do imigrante envolve muito frequentemente o usufruto parcial da terra (para subsistência ou para agricultura comercial) e as propriedades são essencialmente pequenas; já no Sul da Bahia inexistia a produção a cargo de nativos, sendo tanto proprietários quanto trabalhadores essencialmente imigrantes, num processo contínuo e frequentemente violento de concentração de terra, sendo as propriedades em média bem maiores que as suas contrapartes africanas, pouca mobilidade social e condições de trabalho muito precárias.

É, de certa forma, tentador estabelecer a relação destas diferenças em termos das relações de trabalho com a historicamente maior produtividade das fazendas da Costa do Ouro, se comparadas às do Sul da Bahia, embora certamente esta comparação deva ser estudada levando-se em conta outros fatores.

### **Referências Bibliográficas**

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AMADO, Jorge. **Cacau**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

AMADO, Jorge. **Gabriela, Cravo e Canela**. São Paulo: Martins, 1973.

AMADO, Jorge. **São Jorge dos Ilhéus**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

AMADO, Jorge. **Terras do sem fim**. Rio de Janeiro: Record, 1976.

CALDEIRA, Clóvis. **Fazendas de Cacau na Bahia**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1954.

CANÊDO, Leticia Bicalho. **A descolonização da África e da Ásia. Processo de ocupação colonial. Transformações sociais nas colônias. Os movimentos de libertação**. São Paulo: Atual, 1986.

CARVALHO, Phillipe Murilo Santana de. **Itabuna – Uma cidade em disputa: tensões e conflitos urbanos no sul da Bahia (1930-1948)**. Jundiá: Paco Editorial, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

COSTA, José Pereira da. **Terra, suor e sangue: lembrança do passado. História da Região Cacaueira**. Salvador: EGBA, 1995.

DINIZ, José Alexandre Felizola; DUARTE, Aluizio Capdeville. **A região cacaueira da Bahia**. RECIFE: Sudene/Universidade Federal de Sergipe, 1983.

FALCÓN, Gustavo. **Coronéis do cacau**. Salvador/BA: Solisluna Editora, 2010.

FOGUEIRA, Manoel Bomfim; GONÇALVES, Oscar Ribeiro. **Ensaio histórico de Itabuna: o jequitibá da Taboca, 1849-1960; revisão, atualização, introdução e notas** Janete Ruiz Macedo e João Cordeiro de Andrade. 2ª ed. Ilhéus: Editus, 2011.

FOREIGN OFFICE. **Gold Coast**. London: Published by H. M. Stationery Office, 1920.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; FREITAS, Antonio Fernandes G. de. **Bahia Cacaueira: um estudo de história recente**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1979.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HAUPT, Heins-Gerhard. O lento surgimento de uma História Comparada. In: BOUTIER, Jean; DOMINIQUE, Julia. **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1998. P.205-216.

HILL, Polly. **The Gold Coast Cocoa Farmer: a preliminary survey.** London/Accra: Oxford University Press, 1956.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia.** 2a. ed. Rio de Janeiro:Elsevier, 2011.

LINS, Marcelo da Silva. **Os vermelhos nas terras do cacau:** a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936). 2007. 255 f. Dissertação de Mestrado – UFBA, Salvador: 2007.

LYRA, Henrique Jorge Buckingham. A crise de mão de obra e a criação de colônias agrícolas na Bahia – 1850-1889. In: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves. **Um lugar na História:** a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau. Ilhéus: Editus, 2007.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra:** História e Civilizações. Salvador: EDUFBA/Casa das Áfricas, 2011.

MAHONY, Mary Ann. **The World Cacao Made:** society, politics and history in Southern Bahia, Brazil, 1822-1919. 1996. Tese (de Doutorado). Universidade de Yale, United States, 1996.

RANGEL, Jefferson (Editor). **CEPLAC/CACAU:** ano 25. Brasília: IICA, 1982.

SENGHOR, Léopold-Sédar. Quando a África perguntava: suportar ou escolher? In: Neves, João Alves das. **A Nova África.** São Paulo: Anhambi, 1961. p. 31-38.

SAHLINS, Marshall. **Cultura na Prática.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

TIDJANI, A. Serpos. O africano e o problema do trabalho. In: Neves, João Alves das. **A Nova África.** São Paulo: Anhambi, 1961. p. 79-88.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão.** São Paulo: Cia das Letras, 2012.